

# O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema/SP

**Sidney Cássio Todescato Leal**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista (UNESP – FCT)  
e-mail: cassio.todescato@hotmail.com

## Resumo

Este artigo contém resultados da pesquisa desenvolvida em nosso trabalho de conclusão de curso intitulado “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Disputa Territorial em Torno da Luta pela/na Terra no Pontal do Paranapanema<sup>1</sup>”. Tivemos como objetivo apreender os desdobramentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema/SP, a subordinação dos camponeses, e as dificuldades enfrentadas para o atendimento do Programa, bem como a importância da produção de alimentos para a classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Programa de Aquisição de Alimentos; Pontal do Paranapanema; assentamentos; produção de alimentos; mercado institucional.

## Abstract

### The Food Acquisition Program (FAP) in the Pontal do Paranapanema/SP

This article shows outcomes of research developed in our final paper titled "The Food Acquisition Program (FAP) and the territorial dispute around the struggle for /in the land in the Pontal do Paranapanema-SP". Our aim was to understand the consequences of the FAP in the Pontal do Paranapanema, the subordination of the peasants and the difficulties founded for attending the program, as well the importance of the food production for the working class.

**Keywords:** Food Acquisition Program; Pontal do Paranapanema; rural settlements; food production; institutional market.

## Resumen

### El Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) en el Pontal de Paranapanema/SP

Este artículo contiene resultados de la investigación desarrollada en nuestro trabajo de conclusión de curso titulado "El Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) y la Disputa Territorial en torno a la lucha por la/en la tierra en el Pontal de Paranapanema-SP". Tuvimos como objetivo aprender los desdoblamientos del Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) en el pontal Paranapanema/SP, y la subordinación de los campesinos, y las dificultades enfrentadas para el atendimento del programa, bien como la importancia de la producción de alimentos para la clase trabajadora.

---

<sup>1</sup> Financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior.

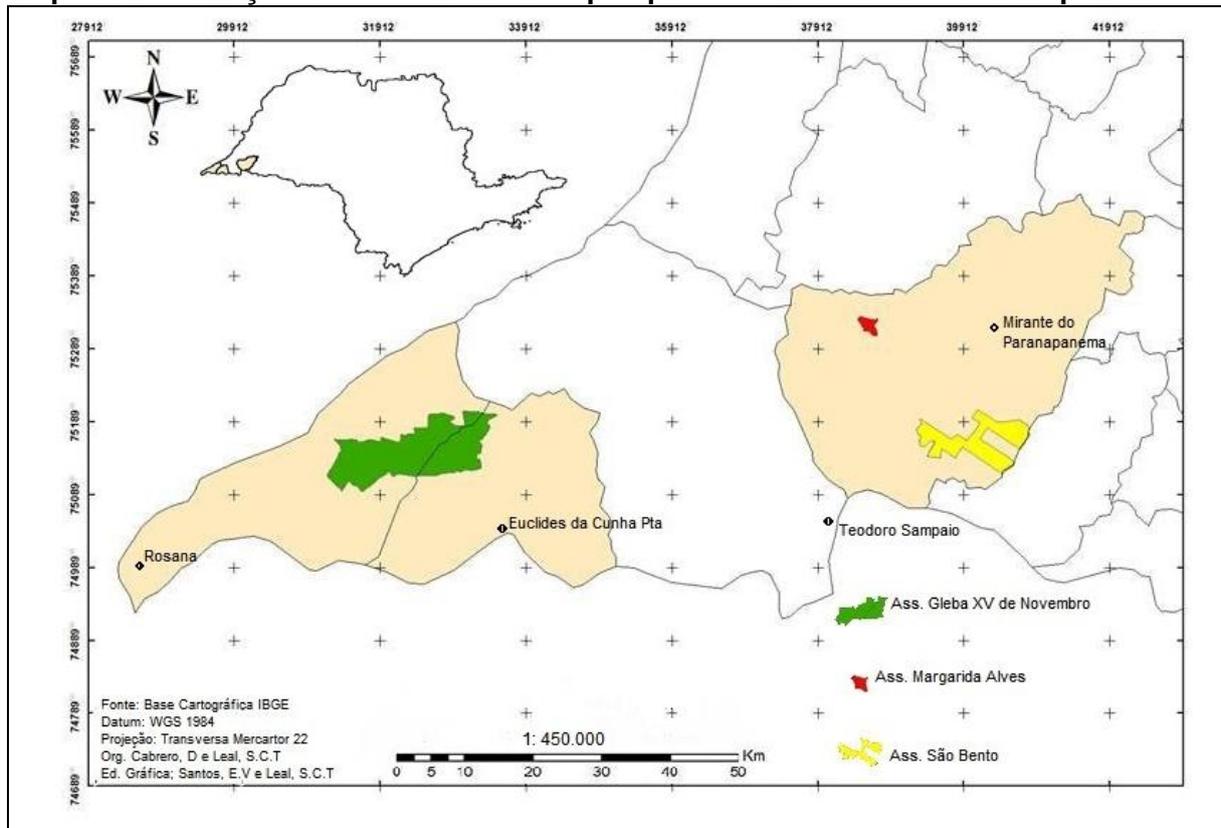
**Palabras clave:** Programa de Adquisición de Alimentos; Pontal de Paranapanema; Assentamentos; Produção de Alimentos; Mercado Institucional

## Introdução

O Pontal do Paranapanema é um território marcado por conflitos agrários originados pela ocupação ilegal marcada pela expropriação dos indígenas, desmatamento e grilagem (FELICIANO, 2009). Atualmente esses conflitos são protagonizados por dois grupos sociais, ou seja, de um lado os grileiros, detentores de grandes propriedades rurais, aliados de grandes grupos econômicos do setor agroindustrial canavieiro e, por outro lado, os camponeses que através da luta e das ocupações retomam parcelas dessas terras territorializadas por meio dos assentamentos rurais.

Em nosso trabalho de pesquisa, desenvolvido no Pontal do Paranapanema, elegemos como recorte territorial três assentamentos de reforma agrária sendo eles: o Assentamento Gleba XV de Novembro, homologado em 1984, e referência na luta pela terra organizada entre trabalhadores sem terras e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), localizado entre os Municípios de Rosana-SP e Euclides da Cunha Paulista-SP, o Assentamento São Bento, localizado no Município de Mirante do Paranapanema-SP, que começou seu processo de instalação depois de 22 ocupações e 21 despejos em 1994, e por último, o Assentamento Margarida Alves localizado no Município de Mirante do Paranapanema-SP homologado em novembro de 2006, fruto de acampamento por mais de cinco anos (Mapa 1).

**Mapa 1: Localização dos assentamentos pesquisados no Pontal do Paranapanema-SP**



Fonte: Autor

Os assentamentos no Pontal do Paranapanema estão cumprindo importante papel na produção de alimentos, sendo que o principal produto que possibilita renda mensal aos

assentados é o leite e em torno do qual se movimenta a economia da região. No entanto, o leite não está sendo o único produto proveniente dos assentamentos, pois há uma diversificação da produção com o cultivo de mandioca, milho, feijão, abóbora, quiabo, frutas, pepino e hortaliças em geral.

Nesse sentido em meio às disputas em todas as instâncias os assentamentos rurais têm mudado a qualidade de vida dos assentados. Contudo, contando com poucos recursos e inconstantes, dificuldades de apoio técnico no planejamento do plantio, no manejo e na colheita. Em meio a uma seara de problemas que envolvem conflitos e contradições os camponeses são obrigados a acessarem políticas públicas que os desfavorecem e subordinam-nos cada vez mais ao Estado tornando-os “dependentes”.

Nessas circunstâncias é que estamos apreendendo os desafios postos para a implementação e territorialização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema considerando-o como um instrumento de política pública do Programa Fome Zero como também uma conquista de luta dos movimentos sociais (LIMA, 2011). Estes que no momento, no Pontal do Paranapanema, são um dos principais articuladores dos projetos que envolvem o PAA.

O PAA foi instituído em 2003 pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 4.772, de 02 de julho de 2003, o qual foi alterado pelo Decreto nº. 5.873, de 15 de agosto de 2006, atrelado ao Programa Fome Zero. O Programa tem como principal objetivo estimular a agricultura familiar por meio da aquisição de alimentos e sua distribuição em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional (HESPANHOL, 2009).

O Programa é “operacionalizado” pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em parceria com Estados e municípios com verbas destinadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Podem ser beneficiários fornecedores<sup>2</sup> do PAA os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006<sup>3</sup>. Os beneficiários fornecedores podem acessar o Programa de forma individual ou por meio de cooperativas e/ou associações que possuem CNPJ.

Para acessar o Programa os beneficiários fornecedores tem que possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Criada pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), a DAP é utilizada como instrumento institucional ou como identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas.

O programa realiza as aquisições de alimentos por meio de cinco modalidades: Compra com Doação Simultânea (CDS), Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), Apoio a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, Incentivo à Produção e Consumo de Leite e por último, a recente modalidade Compra Institucional. Dessas no Pontal do Paranapanema são acessadas, por enquanto, apenas duas, a CDS e a Formação de Estoque, sendo que as associações que tivemos contato estão acessando o PAA somente por meio da CDS. O beneficiário fornecedor pode acessar as cinco modalidades simultaneamente.

A CDS destina-se a aquisição de alimentos de agricultores familiares e camponeses organizados em grupos, associações ou cooperativas e destinados a entidades que compõem as redes de Proteção e Promoção Social que tenham programas e ações de acesso à alimentação. Já a Formação de Estoque destina-se a aquisição de alimentos de camponeses organizados em grupos, associações ou cooperativas e destinados a formação de estoques públicos de alimentos para posterior comercialização.

<sup>2</sup> Nomenclatura utilizada pela Conab.

<sup>3</sup> Lei que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Anterior ao decreto Decreto nº 8.026 de 06 de Junho de 2013 o limite para a venda de alimentos no âmbito da CDS era de R\$ 4.500,00 por beneficiário fornecedor. A partir do Decreto o valor passou para R\$ 5.500,00 por unidade familiar, por ano, independentemente da Unidade Executora. Nas aquisições realizadas por meio de organizações fornecedoras, o limite de participação, por unidade familiar, é de R\$ 6.500,00. Este valor pode ser acrescido para as aquisições de produtos exclusivamente orgânicos, agroecológicos, ou nas aquisições em que pelo menos cinquenta por cento dos beneficiários fornecedores participantes da proposta estejam cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo federal-(CadÚnico). Pela Modalidade Formação de Estoque de forma individual ou por meio de organizações o limite financeiro de participação por beneficiário é de R\$ 8.000,00 por ano.

No entanto, as associações que tivemos contato, e que estão participando do PAA através da modalidade CDS no momento dos trabalhos de campo, estavam trabalhando com o fechamento dos projetos de 2012 no valor de R\$ 4.500,00.

Em 2012 o MDA liberou cerca de R\$ 47.182.109,00 milhões ao programa, e o MDS R\$ 539.385.022,00 milhões. Assim, as atividades realizadas pelo PAA em 2012 envolveram recursos da ordem de R\$ 586.567.131,00 milhões. Segundo Viegas e Viana (2012) os recursos repassados à Conab pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para operacionalização do PAA (Tabela 1) têm sido incrementados significativamente desde sua implantação. Com recursos do MDS, foram operadas as modalidades CDS, Formação de Estoque e CDAF e com recursos do MDA também a Formação de Estoque.

**Tabela 1: Evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos 2003 a 2012**

<b>ANO</b>	<b>TOTAL(R\$)</b>
2003	81.541.207
2004	107.185.826
2005	112.791.660
2006	200.954.580
2007	228.352.967
2008	272.490.338
2009	363.381.941
2010	379.735.466
2011	451.036.204
2012	586.567.131
<b>Total</b>	<b>2.784.037.371</b>

Fonte: Viegas; Viana, 2012. Org. Autor

Com os recursos aplicados, em 2012, o PAA atendeu 1.180 municípios, sendo que destes, 300 situados no Sudeste, dos quais 131 no estado de São Paulo. No ano de 2012 foram beneficiadas 128.804 famílias pela venda de seus produtos (CONAB, 2012). Se considerarmos o número de famílias beneficiadas 128.804 pelo total de recursos aplicados R\$ 586.567.131,00 milhões obtemos o valor médio aproximado de R\$ 4.553,95 obtido por família no ano, o que equivale a R\$ 379, 49 por mês. No estado de São Paulo, do grupo de famílias beneficiadas por categoria, se destaca as famílias assentadas. (Tabela 2).

**Tabela 2: Número de Famílias beneficiadas por grupos-organização, 2012**

<b>Grupos/organização</b>	<b>Nº. Famílias</b>	<b>Percentual/%</b>
Assentados	9613	51,89
Agricultura Familiar	8540	46,10
Quilombolas	354	1,91
Agroextrativistas	9	0,04
Pescadores Artesanais	7	0,03
Acampado	0	0
Atingidos por Barragens	0	0
Indígena	0	0
<b>Total</b>	<b>18523</b>	<b>100</b>

Fonte: Viegas; Viana, 2012. Org. Autor

O número de famílias beneficiadas assentadas se destaca com o percentual de 51,89% seguida do grupo de famílias classificadas de Agricultores Familiares com 46,10% beneficiados. No entanto, o número de famílias beneficiadas ainda é pouco, talvez por falta de informação de como acessar o Programa, burocracias para acesso, poucas associações/cooperativas acessando o PAA, falta de recursos humanos para atender as famílias e as associações/cooperativas, falhas na operacionalização por parte da CONAB e poucos recursos financeiros disponibilizados pelos órgãos competentes. Segundo Lima (2011, p. 59):

Suas informações sobre os desempenhos precisam ser melhores disponibilizadas para poder ocorrer à democratização da progressão ou não da política, assim como as informações sobre o programa para os produtores rurais, como congressos e palestras que o MDS e a CONAB vêm promovendo para capacitar e inserir mais indivíduos no PAA, tendo em vista que este recurso é o único subsídio que está indo para as áreas dos assentamentos.

O PAA vem como um importante instrumento de política pública, contribuindo para a Segurança Alimentar, mas ainda não é uma política consolidada. São poucas famílias beneficiadas e nos assentamentos os recursos de toda ordem ainda não atendem a demanda. Nesse sentido, mesmo com entraves e agravantes o PAA no Pontal no Paranapanema está possibilitando que os camponeses/assentados vendam a produção de alimentos contribuindo com a segurança alimentar de entidades de apoio a populações carentes, dos povos pobres da cidade e populações em situação de insegurança alimentar, como acampados sem terras.

Nessa conjuntura é que estamos compreendendo quais estão sendo os desafios postos aos camponeses, as associações, aos representantes das entidades beneficiadas e os movimentos sociais e os sujeitos que estão de forma direta ou indireta participando de projetos que envolvem o PAA, bem como as estratégias, ou não, que os mesmos estão utilizando para reivindicar que o Programa se torne uma Política Pública efetiva, estruturante e que atenda as reais necessidades da classe trabalhadora.

### **O acesso ao PAA no Pontal do Paranapanema**

O acesso por parte dos camponeses a programas de compra institucional de alimentos, como o PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e mais

recentemente o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), mesmo com entraves e agravantes de cunho burocrático e político, está possibilitando o aumento da diversidade de produção, assim como a maior participação da família no trabalho do lote e garantindo a venda da produção (LE MOAL, 2013 e LIMA, 2011).

No que tange as ações realizadas pela Conab, em 2011 106.000 famílias de agricultores acessaram o PAA no Brasil, sendo 26.935 famílias no Sudeste e 13.302 no estado de São Paulo. Do total de famílias de agricultores para o Brasil 17.351 eram de assentados, destas, 5.743 no Sudeste e 5.297 no estado de São Paulo. Já em 2012 o número de famílias de agricultores que acessaram o PAA no Brasil subiu para 128.804. No sudeste, 32.001 e no estado de São Paulo 18.523. Do total de famílias de agricultores para o Brasil em 2012, 30.620 eram de assentados, dessas no Sudeste 11.122 famílias e no estado de São Paulo 9.613 (Quadro 1).

**Quadro 1: Acesso de Famílias de Agricultores ao PAA de 2011 a 2012**

Acesso ao PAA	2011		2012	
	Nº/Agricultores	Nº/ Agr. Assentados	Nº/Agricultores	Nº/ Agr. Assentados
Brasil	106.000	17.531	128.804	30.620
Sudeste	26.935	5.743	32.001	11.122
Est. de São Paulo	13.302	5.297	18.523	9.613

Fonte: Viegas; Viana, 2012. Org. Autor

No Brasil são 1.045.069 famílias assentadas, destas 52.035 no Sudeste e 17.151 no estado de São Paulo. Nesse sentido, o estado de São Paulo ganha destaque, pois das 11.122 famílias que acessaram o PAA no Sudeste em 2012, 9.613 eram do estado de São Paulo o que equivale a 86, 43% do total de famílias assentadas e ainda, do total de famílias assentadas no estado de São Paulo 56,04%, em 2012, acessaram o PAA.

Segundo o coordenador do setor de produção do MST, no Pontal do Paranapanema: [...] *Tem ai uma porcentagem grande de famílias, eu acredito que deve chegar a 50% das famílias que trabalham com o PAA [...]* (C.M.S). No Pontal do Paranapanema em 2012, segundo dados disponibilizados pela Conab em número de assentados participantes do PAA, por Município, o Programa contou com a participação de 18 municípios e 6.466 **Assentados**<sup>4</sup>

Desses assentados, 2.028 são de Mirante do Paranapanema, município onde se localizam os Assentamentos São Bento e Margarida Alves, objetos da nossa amostra de pesquisa. Euclides da Cunha aparece com 519 e Rosana com 290 acessos, onde está localizado o Assentamento Gleba XV de Novembro. Entendemos que em Mirante do Paranapanema o número de assentados que acessaram o PAA foi maior devido ao maior número de assentamentos, ou seja, 33<sup>5</sup>.

Apesar do número de assentados vinculados ao PAA, se considerarmos um acesso por família, nos Assentamentos Gleba XV de Novembro e São Bento, ainda é expressivo aqueles que não obtêm êxito devido às exigências, burocracias e ausência de associações com projetos voltados para o PAA e até mesmo por falta de divulgação do programa. No Assentamento Gleba XV de Novembro são apenas quatro associações envolvendo 130 associados que estão entregando alimentos ao PAA. Considerando a média de um acesso por família no Assentamento, esse número equivale a 22,76% das famílias. No Assentamento São Bento conseguimos constatar que apenas 19 associados/cooperados estão acessando o PAA, também considerando um acesso por família, temos 10,43% do total de famílias assentadas. No Assentamento Margarida Alves constatamos que são 78

<sup>4</sup>Repare que é o número de **assentados** e não de famílias, pois, no Pontal do Paranapanema tem-se 6.248 famílias assentadas DATALUTA (2011).

<sup>5</sup> DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2012.

associados acessando o PAA por meio de duas associações, o que equivalem a, considerando um acesso por família 86,66% das famílias.

Nesse sentido, segundo o coordenador do setor de produção do MST do Pontal [...] *falta instrumento, que seria associações ou cooperativas legalizadas para poder ter as famílias para acessar esse programa [...]* (C.M.S).

Apesar de poucas famílias assentadas estarem acessando o PAA, e o mesmo apresentar falhas na operacionalização, estamos apreendendo que como um instrumento de Política Pública está possibilitando que os assentados vendam o que estão produzindo nos lotes, e com isso incentivando o trabalho familiar e a diversificação da produção nos assentamentos. Conforme o coordenador do setor de produção do MST do Pontal do Paranapanema: [...] *Hoje com essa questão do PAA e com as orientações do Setor de produção do MST a gente vê uma grande diversificação na área de produção [...]* (C.M.S).

Nos assentamentos que realizamos a pesquisa os assentados estão dedicando maior importância para a produção de quintal e criando estratégias de produção diversificada de hortaliças, legumes, tubérculos, e frutas que produzem várias safras o ano inteiro, como a acerola, o maracujá (Figura 3), o mamão entre outras.

Le Moal (2013) em pesquisa realizada no Pontal do Paranapanema, sobre o PAA nos assentamentos rurais, argumenta que:

Através do PAA eles conseguem, por exemplo, ampliar sua renda com produtos como frutas e legumes, antes pouco valorizados no lote. Com efeito, o programa conhece uma resposta rápida por parte dos agricultores, que reorientam sua produção para fornecimento de alimentos. (p.92)

Essa realidade somada às iniciativas dos movimentos sociais em divulgar os programas nos assentamentos está incentivando os assentados que apresentavam receio a essas políticas de governo a estarem acessando os programas e se comprometendo com a produção de alimentos para atender as demandas do Mercado Institucional.

Dos projetos atendidos no ano de 2012 pelo PAA no Pontal do Paranapanema, a maioria foi por meio da modalidade CDS. A CDS permite a articulação entre a produção dos assentamentos e as demandas locais de suplementação alimentar. Sendo assim, há uma demanda por alimentos que comumente já são produzidos nos assentamentos e que agora os assentados estão tendo oportunidade para vendê-los, apostando, pois, na diversificação, cada vez maior, para atender ao Programa.

O PAA em nível nacional, no ano de 2012, atendeu 2.185 projetos da modalidade CDS, sendo 314 projetos do Estado de São Paulo, o que correspondeu ao repasse de R\$ 57.517.310,91, advindos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Desses projetos, 83 era do Pontal do Paranapanema, o que equivalem aproximadamente a 26,43% dos projetos. Nesse sentido, a arrecadação no Pontal do Paranapanema através da modalidade CDS foi de R\$ 10.356.020,67<sup>6</sup>.

Quanto à ocorrência do fenômeno no Município de Mirante do Paranapanema, tiveram 25 projetos atendidos, sendo dois desses no Assentamento São Bento e um no Assentamento Margarida Alves, o que equivalem aproximadamente a 30% das CPRs-Doação do estado de São Paulo. Já em Rosana, onde está localizado o Assentamento Gleba XV de Novembro, foram atendidos cinco projetos, o que equivale a aproximadamente 6% das CDS atendidas no estado. Desses, na Gleba XV foram acessados quatro projetos.

As associações que acessaram o PAA, em Mirante do Paranapanema, arrecadaram no ano de 2012, pela CDS, cerca de R\$ 2.609.180,14 e as associações do Município de Rosana, mesmo sendo apenas cinco, R\$ 632.968,33. Somadas as arrecadações, por meio das associações, dos assentamentos estudados, têm-se R\$ 3.242.148,47, que equivalem aproximadamente a 5,6% da verba de repasse do MDS por meio da CDS para o estado de São Paulo.

<sup>6</sup> Transparência Pública do PAA, 2013.

Também temos que evidenciar que pela modalidade Formação de Estoque pela Agricultura Familiar Formação de Estoque, no estado de São Paulo, o PAA, com verba repassada pelo MDA, atendeu 93 projetos, destinando R\$13.769. 694,15. Desses projetos, 18 eram do Pontal do Paranapanema, e arrecadaram R\$ 1.330.976,60. O Município de Mirante do Paranapanema através dessa modalidade arrecadou R\$ 130.995,00, já o Município de Rosana não participou no ano de 2012. Contudo, nos assentamentos que realizamos a pesquisa nenhuma associação acessou a modalidade.

Nessa conjuntura estamos entendendo que no Pontal do Paranapanema os Assentados estão se vinculando ao PAA e cumprindo com a incumbência de continuarem produzindo alimentos. Nesse sentido, os mesmos estão demonstrando que nos assentamentos, mesmo com a falta de políticas estruturantes por parte do Estado, **têm** produção. Produção de alimentos para atender as reais necessidades de alimentação dos trabalhadores pobres, urbanos e populações em situação de vulnerabilidade alimentar, acampados e sem terras, contrapondo o modelo agroexportador que se vincula aos grandes conglomerados transnacionais de produção/circulação de *commodities* e produção do D<sub>1</sub> que se estruturam na lógica de produzir alimentos para negócio transformando-os em mercadorias. (THOMAZ JR, 2008).

### O compromisso das associações com o PAA

As associações, no universo dos assentamentos, podem ser entendidas como formas de organização dos trabalhadores para viabilizar a união entre os mesmos, buscando formação política, integração de informações, de trabalho, de produção, como também a criação de estratégias para compra de insumos, de acesso às políticas públicas (de crédito, de habitação, de aquisição de alimentos) e possibilitar acordos com o mercado local, afirmando assim a reprodução social nos assentamentos em diversos seguimentos.

Nos assentamentos, recorte da pesquisa, constatamos sete Associações e uma Cooperativa que estão atuando no âmbito do PAA. (Quadro 1).

**Quadro 1: Associações nos assentamentos recorte da pesquisa**

Associação	Assentamento	Nº Acessos ao PAA	Município/SP
Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA)	Gleba XV de Novembro	18	Rosana
Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV (OMUS)	Gleba XV de Novembro	74	Rosana
Associação Agropecuária André Franco Montoro (AAAFM)	Gleba XV de Novembro	22	Rosana
Associação Agropecuária Vale Verde (AAVV)	Gleba XV de Novembro	21	Rosana
Cooperativa dos Assentados da Região do Pontal do Paranapanema (COCAPAR)	São Bento	5	Mirante do Paranapanema
Associação dos Trabalhadores do Uni Pontal do Paranapanema - Setor I	São Bento	10	Mirante do Paranapanema
Associação dos Assentados do Margarida Alves (AAMA)	Margarida Alves	28	Mirante do Paranapanema

Associação Girassol do Assentamento Margarida Alves	Margarida Alves	50	Mirante do Paranapanema
---	-----------------	----	-------------------------

**Fonte:** Autor, 2013 .**Org.:** Autor

A maioria dessas Associações não foram criadas diretamente para atender e acessar o PAA, sendo exceção a ARCA criada em 2011, para acessar o Programa. No entanto, essas Associações parecem estar direcionando, ou adequando suas atividades para atender ao Programa e incentivando os associados a acessarem, vislumbrando o PAA como impulsionador de atividades realizadas em associação/cooperativas, já que é uma das propagandas do governo. Nesse sentido, estão se comprometendo com a entrega de alimentos propostos ao Programa e proporcionando uma vinculação com as entidades e populações beneficiadas pelos alimentos.

A OMUS, por exemplo, beneficia 19 entidades com a venda dos alimentos ao PAA, sendo que de 2011 a 2012 entregou 294.000 Kg de alimentos. São mais de 70 tipos entre frutas, leguminosas, hortaliças, tubérculos, cereais e embutidos. Além de alimentos *in natura*, a OMUS também entrega alimentos produzidos de forma artesanal, como pães, farinha de mandioca, doce de leite e queijos. Nesse período a OMUS arrecadou R\$ 473.760,00.

Já a ARCA beneficia quatro entidades e de 2011 a 2012 entregou um total de 123.748 Kg de alimentos, arrecadando cerca de R\$ 116.908,00. Com predominância da entrega de raiz de mandioca, o que não quer dizer que não foram vendidos legumes, hortaliças e cereais.

A AAAPM de 2011 a 2012 entregou a oito entidades 144.317 Kg<sup>7</sup> de bebida láctea. Para a produção da bebida láctea existe um acordo entre a AAAPM e dois laticínios. Um dos laticínios compra o leite *in natura* da Associação para a produção de queijos, desse processo é extraído o soro do leite que é repassado a Associação, que repassa para outro laticínio produzir e envasar a bebida láctea. O soro é repassado para a Associação sem nenhum custo adicional, enquanto que para produção da bebida láctea, a Associação contrata os serviços do laticínio e posteriormente entrega a bebida às entidades.

A AAVV beneficia três entidades e no ano de 2012 entregou 83.910kg de alimentos, sendo predominante a raiz de mandioca 15.000 Kg, seguido do milho verde em espiga, 10.000 Kg, e em terceiro abóbora seca, com 8.860 Kg, nesse ano AAVV arrecadou R\$ 88.830,00.

A COCAPAR no ano de 2011 vendeu para a Conab, através da modalidade Formação de Estoque do PAA, 1.040 t de farinha de mandioca processada pela própria cooperativa. A COCAPAR também presta assessoria para as associações que estão acessando o PAA. Seus cooperados não se limitam aos cinco do Assentamento São Bento ao todo são 37 assentados nos Municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Sandovalina, Mirante do Paranapanema, Marabá Paulista, Presidente Venceslau e Presidente Bernardes.

A Associação dos Trabalhadores do Uni Pontal do Paranapanema beneficia uma entidade no município de Mirante do Paranapanema e apesar de ter apenas dez associados, no ano de 2012 entregou 28.549kg de alimentos arrecadando R\$ 42.300,00, que dividido pelo número de associados resultaria em R\$ 4.230,00 per capta por ano.

A AAMA em 2012 passou por um processo delicado, acumulou contas e teve problemas com pendências jurídicas. Essa situação embargou a Associação e impossibilitou que a mesma participasse do PAA durante um ano e meio, 2012 a meados de 2013. No momento a Associação está em processo de regularização com mudanças nos membros da diretoria, quitando as dívidas e reativando o acesso ao PAA com o projeto de CDSde 2013/2014 com a cota de R\$ 6.500,00 ao ano para cada associado.

<sup>7</sup> Unidade utilizada pela CONAB.

A Associação Girassol no ano de 2012 beneficiou três entidades com a entrega de 198.695,00 Kg de alimentos arrecadando R\$ 190.350,00. E vem aumentando o número de associados, em 2010 a Girassol contava com dez associados e com o acesso ao PAA em 2012 o número de associados subiu para 50.

Nessa conjuntura, entendemos que as Associações estão se comprometendo com a produção para o PAA, o que nos dá respaldo para compreendermos que a “bola da vez” é o PAA. Nesse sentido, também apreendemos as estratégias, limitações e à subordinação das associações ao PAA no Pontal do Paranapanema.

### **Estratégias, limites e subordinação das associações no âmbito do PAA**

Podemos afirmar que estamos identificando as dificuldades de operacionalização por parte das associações para atender a demanda dos camponeses associados e de outros que querem se associar para acessarem o PAA. São poucas associações para muitos interessados que querem se associar e as que estão em ação, operam no limite. Segundo o coordenador do setor de produção do MST, no Pontal do Paranapanema, são 100 associações que estão acessando o PAA, mas não estão dando conta da demanda.

São muitos os fatores que estão relacionados a esta problemática e podemos começar problematizando as discussões que compareceram durante as entrevistas, trabalhos de campo, reuniões e seminários, sobre o “medo” dos sujeitos em constituírem associações e administrá-las.

No Pontal do Paranapanema há um histórico de cooperativas e associações que não deram “certo” devido a impasses políticos e supostas pendências jurídicas, financeiras em nível federal. Podemos citar o exemplo da COCAMP e da Associação Amigos<sup>8</sup>, com sedes no município de Teodoro Sampaio-SP, ambas com o envolvimento de José Rainha, ex-dirigente regional/nacional do MST nacional e formador de grupos dissidentes do MST.

Esses fatos se somam a outros e rebatem na criminalização do Movimento, como também inibem o ingresso e participação de novos sujeitos que pretendem constituir associações ou cooperativas. No episódio, em 2009, da investigação da Associação Amigos, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), na época ministro Gilmar Mendes, disse que o governo não poderia disponibilizar recursos públicos para “qualquer entidade ligada a invasões sob pena de ser responsabilizado por esses atos”<sup>9</sup>.

Essas entre outras posições criam resistência por parte de alguns sujeitos que acabam por não participarem de projetos que tem o envolvimento do MST. Nesse sentido temos que lembrar que no Pontal do Paranapanema o MST é um dos principais articuladores de projetos e no momento vem prestando assistência, por meio da COCAPAR, às associações que estão acessando o Programa nos assentamentos.

Outra questão que influi nas limitações das associações é a de não possuir pessoas “capacitadas” para lidar com as exigências burocráticas da CONAB. Essa questão é muito delicada, porque qualquer deslize na prestação de contas, no recolhimento de assinaturas, pode ocasionar a não liberação dos repasses e, em consequência, o não pagamento aos associados. Sendo assim, seis das associações por nós pesquisadas pagam para terceiros a realização de tarefas que envolvem prestação de contas e emissão de notas. “Na OMUS a gente paga um rapaz para fazer a prestação de conta pra nós” (E.M.S).

Em entrevista junto ao tesoureiro da associação André Franco Montoro, quando questionado sobre o envio da papelada à CONAB, o mesmo respondeu: “A gente mesmo envia, mas é o escritório que preenche tudo”. (J.P.M). O presidente da associação Agropecuária Vale Verde asseverou: “eu levo no escritório só para fazer a nota, eu faço o termo de recebimento para levar na entidade, todo o documento que a CONAB exige a gente faz e encaminha junto com a nota fiscal eletrônica”. (V.T.S).

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u510428.shtml>> Acesso em 19 out. 2013.

<sup>9</sup> Idem

Essas entre outras funções ficam a cargo da diretoria das associações e muitas vezes, somente do presidente. Em nossas conversas e em participações de reuniões e seminários<sup>10</sup> que envolveram vários dirigentes de associações e cooperativas, os mesmos estão reclamando da sobrecarga de responsabilidades e de desconfianças por parte dos associados.

Outra questão que está ficando a cargo das associações e que as mesmas estão enfrentando dificuldades é a logística, entre os locais de produção e a distribuição dos produtos nos locais de consumo. Das associações que tivemos contato, a OMUS, a GIRASSOL e a Uni Pontal estão conseguindo com que o transporte dos alimentos até as entidades seja feito pelas prefeituras de Rosana e Mirante do Paranapanema. Em Mirante do Paranapanema a Administração Municipal está oferecendo, para algumas associações, o transporte dos alimentos da sede das associações até o banco de alimentos e posteriormente distribui as entidades.

As outras associações fazem o transporte por meio de veículos dos próprios associados, que cobram das associações uma porcentagem para arcar com os gastos. Também temos que considerar que o transporte dos alimentos não acontece somente das associações até as entidades, mas também dos lotes até os pontos de coleta das associações e esse ato para a Lei que rege o PAA é considerado como ato cooperativo.

Quando perguntamos à presidente da ARCA o que ela avaliava que o PAA deveria aprimorar, a primeira resposta foi: *“Eu acho que ele deveria melhorar no transporte, porque a gente transporta com os custos da gente mesmo. Porque é cobrado 10% para manutenção do carro que leva”* (Z.F.G.A). Já a presidente da OMUS, que recebe o auxílio da prefeitura de Rosana para o transporte, sobre a mesma questão, asseverou: *“Transporte, porque na verdade o que mata é o transporte, porque as verduras que chegam... então esse carro que vem, na época das férias é a van, senão na época das aulas vem a Kombi que dá 4 à 5 viagens”* (E.M.S).

Quando dialogamos com o coordenador do setor de produção do MST sobre a falta de assistência às associações a principal indagação foi:

[...] uma logística nessa questão das entregas, então precisa melhorar as entregas, acho que um diálogo com as Prefeituras que em alguns casos eles estão atendendo, eles estão colocando caminhão, mas na maioria não da conta de atender todas as associações, então acho que seria buscar ajuda do Governo Federal, projetos para compra de caminhões refrigerados, pequenos caminhões para que as associações pudessem ter autonomia de fazer esse trabalho [...] (C.M.S).

Entendemos que a questão da logística está se tornando um agravante para o funcionamento e continuidade das associações, pois, a grande maioria não possui veículos próprios, nem estrutura para armazenamento dos alimentos e tampouco estão recebendo auxílio por parte das prefeituras e muitos menos da CONAB. Para manter as associações em funcionamento as diretorias estão sendo obrigadas a realizar esse serviço de forma precária e ao mesmo tempo tendo que se responsabilizar pela entrega dos alimentos às entidades com a mesma qualidade e aparência que saem dos lotes.

Esses desafios estão evidenciando as dificuldades que as associações estão tendo para se manter. Entendemos que essa conjuntura expressa claramente à falta de assistência por parte do Estado às associações e a omissão por parte do grupo gestor do PAA em criar alternativas para que as Associações sejam melhores atendidas e estruturadas. Nesse sentido, é que vem o questionamento, qual está sendo de fato o papel das associações?

Essa problemática expressa o que estamos entendendo como a subordinação das Associações as demandas do Estado por intermédio do PAA. As associações necessitam

<sup>10</sup> Como no seminário “Gestão de Cooperativas” organizado pelo CEGeT por meio do Projeto “Práticas Agroecológicas no Pontal do Paranapanema” Edital 58/2010 MDA/CNPq.

do PAA para continuarem funcionando, e o Estado as “mantém” de forma precária, porque delas também necessita, todavia, não possibilita que as mesmas se tornem autônomas, ou seja, “mantém”, para *manter*. Segundo Guerra (2010, p. 155) A dependência é fator que dificulta o exercício de práticas emancipatórias, mantendo este programa nas mesmas perspectivas adotadas pelas políticas conservadoras historicamente observadas no Brasil.

Assim, as associações suprem as demandas que não são atendidas pelas instituições, órgãos e ministérios, ou seja, são verdadeiros braços ligados ao corpo doente. Nesse sentido, Neves (2007, p.216) em estudo em assentamentos no Rio de Janeiro buscando compreender os constrangimentos enfrentados na organização associativa destaca que:

Como as associações complementam a prestação de serviços por instituições públicas e privadas, elas são de fato braços capengas, provisórios e descontínuos de programas inexistentes ou ineficazes. Os agentes vinculados diretamente ao exercício de políticas públicas se alimentam de proposições e até de concorrência por modelos de integração, mas não precisam dar provas da competência e da eficácia, posto que, indiscutível ou inquestionavelmente, explicam os constrangimentos pelos efeitos da inadequada postura política de associados e seus dirigentes.

Essas contradições desfavorecem o envolvimento das associações em outras dimensões de cunho político, formador/informador e participativo. Assim, a participação dos associados acaba sendo voltada, somente, para o acesso ao PAA, tanto que muitas associações começam a ter “dono”. Deparamos-nos em conversas informais com frases do tipo “*Sou da associação do fulano*” e “*E, eu entrego na associação do ciclano*”. São manifestações que para nós expressam o não sentimento de pertencimento daquele determinado grupo, enquanto construção participativa e organizativa. Ainda, segundo Neves (2008, p.216):

Enfim, contraditoriamente, as políticas e os programas estatais não operam na valorização do associativismo porque recorrentemente não se abrem às demandas elaboradas por projetos políticos dos produtores. Pelo contrário, são instrumentos de imposição de regras e soluções, cujos critérios e prerrogativas estão longe do atendimento das necessidades e das correspondências às condições sociais de vida e de produção dos assentados.

Essa situação demonstra que romper com essa lógica por meio de associações, cooperativas, movimentos sociais, sindicais e outras organizações de cunho político e emancipador é um desafio para a classe trabalhadora, pois, a intenção do Estado é impor, e não atender as demandas, assim, transforma o sujeito em algo que ele não é.

Nessa afronta é que pretendemos discutir no próximo tópico outras determinações que o PAA está impondo aos assentados de forma a complementar nossa crítica.

## **Os desafios para os assentados na órbita das determinações do PAA e a luta pela/na terra**

Entendemos que é de suma importância insistir no entendimento do PAA, sobretudo por tratar-se de uma política pública que visibiliza as determinações e enquadramentos dos camponeses/assentados à sistemática produtiva e de comercialização, e ao mesmo tempo impõe novos desafios no tocante à continuidade das ações por parte dos trabalhadores e movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, no Pontal do Paranapanema. Se não bastasse, sabemos que essa luta é acrescida também pela luta na terra, na qual o PAA é um agente importante, porque também tem incentivado a retomada das atividades,

particularmente por parte dos homens, na terra, no entanto, não diminuindo o fluxo para o corte de cana-de-açúcar. E ao mesmo tempo, vinculando as franjas do tecido social, com expressão nas camadas marginais e/ou empobrecidas, tanto no campo (assentados/agricultores familiares) distanciados da concorrência do mercado formal, e os trabalhadores desempregados e fragilizados pela crise estrutural do capital que esgarça cada vez mais os frágeis vínculos laborais com o mercado formal de trabalho. E é essa nova dinâmica territorial que se constrói no leito dessa política pública que também tem despertado nossas investigações, delineada por Thomaz Junior (2012b) como movimento territorial de classe, da classe trabalhadora.

Todavia os efeitos desmobilizadores da atração dos camponeses às determinações do Estado oferece um vasto campo de investigações, e é por meio desse leito que estamos sediando nossa investigação, para entendermos as contradições e fissuras que, no caso, o PAA, impõe quando exige metas, padronização da produção e disciplina no tocante às regras de convivência no âmbito do Programa. Esse formato da sociabilidade que redefine a organização da família camponesa na terra, que potencia o foco na produção de alimentos e, portanto, a viabilização do lote e por isso a realização de renda monetária contínua, coíbe a liberdade dos trabalhadores de se organizarem para a continuidade das lutas e reivindicações, contrapondo-se, não somente aos grileiros, mas também, após 2005, diante do processo de expansão da agroindústria canavieira, contra o capital que se viabiliza territorialmente sobre as mesmas terras reivindicadas pelos trabalhadores sem terra. (THOMAZ JUNIOR, 2009; 2011b).

No Pontal do Paranapanema, a reivindicação/ocupação das terras griladas e improdutivas para a criação de novos assentamentos rurais, e os enfrentamentos com o Estado para garantir a execução desses propósitos estão em "xeque". Somente as pesquisas poderão, *pari passu* o desenvolvimento do processo histórico e social, identificar o conteúdo dessas novas marcas das contradições que as políticas públicas estão impondo, mesmo considerando que o mérito da formulação, tanto em nível do fomento, quanto da viabilização da oferta de alimentos produzidos pelos produtores familiares, no caso, camponeses, oriundos da luta pela terra -, ser reivindicada pelo MST.

É por dentro dessa órbita que poderemos entender e discutir com mais profundidade os novos papéis das associações e cooperativas, voltadas para a dinâmica produtiva/comercial, em detrimento das organizações, representadas pelos movimentos sociais, historicamente identificados com as lutas pelo acesso às terras griladas, pela criação dos assentamentos rurais, bem como as lutas de resistência na terra, afinadas, pois, à continuidade das novas ocupações. Para Thomaz Junior (2012a), esses são os elementos compósitos das fissuras e contradições impressos na dinâmica imposta pelo movimento territorial de classe.

### **Limitações e entraves impostos pelo PAA**

O que estamos apreendendo é que o PAA está sendo um importante instrumento de política pública, pois está possibilitando que os camponeses, vendam o que estão produzindo nos lotes e com isso está incentivando a diversificação da produção nos assentamentos. Os camponeses/associados têm a garantia de venda e muitos estão se libertando dos atravessadores, o que lhes confere mais rendimentos quanto ao trabalho dispendido. Além, é claro, de contribuir com a segurança alimentar de populações vulneráveis.

A esse respeito, nas entrevistas pudemos constatar algumas posições como a de membro da associação ARCA:

Eu achei que foi um projeto que deu muito certo. Eu nunca vi um projeto assim, nesses 27 anos que eu to dentro da Gleba, eu nunca vi um projeto que deu certo que nem esse, pra mim foi um dos maiores que deu certo. O

governo querer ajudar a gente, que eu já vi foi um dos melhores. Se a gente tivesse mais ajuda, melhor era (C.O.J.X).

E ainda, a avaliação de um cooperado da COCAPAR, no Assentamento São Bento:

O PAA em primeiro lugar contribui na diversificação de alimentos, porque sempre tentaram várias coisas, mas sempre em pequena escala. O PAA já ta sendo ao contrário, ele ta propiciando você a produzir um maxixe, toda cultura, ele ta propiciando um resgate cultural, na questão da produção, toda a diversificação [...] (I.C.B).

Porém, o PAA ainda apresenta algumas limitações e entraves que rebatem de forma direta nos assentados, que estão se organizando e criando estratégias para acessarem o Programa, e também aqueles que já estão organizados e acessam-no por meio das associações e cooperativas.

Para acessar o Programa como supracitado os camponeses têm que possuir a DAP. Para a emissão da DAP os camponeses devem procurar os órgãos responsáveis, no caso dos assentados, Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e estar munidos do CPF e de dados acerca de seu lote (área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho e da renda, endereço completo). Além da DAP principal, existem as DAPs acessórias, no caso para identificar o (a) jovem filho (a) de agricultor (a) familiar e a DAP- Mulher para mulheres agregadas a família que não seja esposa ou filha: Ex: irmã, tia, cunhada, mãe, etc. No entanto, muitos encontram dificuldades para extrair a DAP principal.

Um dos fatores que emperra a emissão da DAP é a renda, pois para comprovarem os assentados têm que apresentar notas e/ou comprovantes fiscais do que foi vendido no ano anterior. Isso é um problema, pois os camponeses não têm costume de emitir notas das suas operações de vendas. Outro problema é a omissão por parte de alguns órgãos responsáveis, no Pontal do Paranapanema, como o INCRA e ITESP.

A posse da DAP está sendo uma das principais limitações de acesso ao PAA. Se o assentado não a possui, não consegue se cadastrar nas associações e, conseqüentemente, não pode participar do Programa. Essa é uma situação que demonstra que no Pontal do Paranapanema, um número maior de assentados poderia estar acessando o PAA e participando dessa *nova* malha de relações do tecido social que vincula trabalhadores marginalizados, de um lado, enquanto produtores de alimentos e, de outro, enquanto consumidores, atribuindo novo conteúdo geográfico ao movimento territorial de classe, da classe trabalhadora (THOMAZ JUNIOR, 2012), e com isso colocando desafios para o entendimento da atualidade da segurança alimentar de populações em situações vulneráveis.

Outra questão que apareceu nas entrevistas e também consideramos relevante é o teto máximo permitido para a venda dos alimentos através da Modalidade CPR-Doação. Todas as associações que entrevistamos e que acessam o PAA por essa modalidade, afirmaram que cada assentado, cadastrado, até o ano de 2012 poderia vender no máximo, por ano, R\$ 4500,00 e que dividido por 12 meses, expressa o equivalente a R\$ 375,00.

[...] falta um aumento do teto, porque as pessoas que estão desde o primeiro ano, essas pessoas já estão habilitadas para entregar mais de R\$ 10.000 reais, ta entregando quatro e quinhentos, então falta o aumento do teto na visão do Movimento e das próprias famílias (C.M.S).

Com poucos alimentos entregues os assentados estão conseguindo atingir a cota e apresentam receio em aumentar a produção para atender o PAA. Assentados que já estão acessando outros programas de compra institucional<sup>11</sup> de alimentos, já estão dizendo que o

<sup>11</sup> O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) permite que o assentado arrecade R\$ 20.000 por ano.

PAA está servindo só como um complemento da renda e que não é vantajoso direcionar a produção para o mesmo, entregando apenas as “sobras” dos outros programas. Muitos também estão indagando sobre o congelamento do preço de alguns alimentos, o que também os coloca, enquanto fornecedores de alimentos para o Programa, diante de uma situação contraditória, porque não adianta aumentar o preço dos alimentos se não aumentar o valor do teto permitido por DAP. Podemos observar (Quadro 7) a comparação da cotação de preços por quilograma de alguns alimentos praticados na Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) e praticados no PAA.

**Quadro 2: Preços praticados por quilograma no CEAGESP e PAA de alguns alimentos em 2013**

<b>Alimentos</b>	<b>Preços Praticados no CEAGESP por Kg.</b>	<b>Preços praticados no PAA por kg.</b>
Abóbora Paulista	1,46	0,88
Abóbora Seca	1,86	1,00
Acerola	7,49	2,50
Alface Americana	1,27	1,50
Batata Doce	1,21	0,86
Raiz de Mandioca	1,07	0,55

**Fonte:** CEAGESP, 2013 e CONAB, 2013. **Org.** Autor

Para os projetos de 2013/2014 o valor da cota da CDS passou para R\$ 6.500, 00 o que permite que mais alimentos sejam vendidos e a renda extra, seja aumentada. Nesse sentido, afirmamos que se a cota está aumentando é porque nos assentamentos há a produção de alimentos, e para os desavisados, para além da subsistência.

### **Considerações Finais**

Como entendemos que a pesquisa é dinâmica e exige mais aprofundamento o que podemos afirmar através desses resultados é que o PAA no Pontal do Paranapanema está possibilitando que parte da produção dos alimentos produzidos nos assentamentos seja vendida garantindo complementação da renda, incentivando a diversificação da produção e proporcionando que os assentados atribuam valor nos alimentos produzidos no quintal dos lotes. Ao mesmo tempo permitindo que a classe trabalhadora pobre descartada do mercado de trabalho na cidade, grupos em situação de vulnerabilidade alimentar como, acampados sem-terras, e as entidades de caráter assistencialista complementem os alimentos que compõem a cesta da dieta alimentar melhorando a qualidade nutricional.

No entanto, também estamos compreendendo que, no âmbito das determinações, imposições, subordinações, limites e entraves postos pelo PAA, a implementação do Programa no território dos assentamentos no Pontal do Paranapanema está se efetivando em meio às contradições e conflitos iminentes à ausência de política agrária e agrícola permanente destinadas para a agricultura camponesa, sendo, pois esse um dos principais desafios para a ampliação e consolidação do Programa.

Nesse sentido, entendemos que para o PAA, no Pontal do Paranapanema, no cenário dos assentamentos, se tornar uma política efetiva deve compor em sua estrutura de operacionalização um progresso técnico que respeite as diversidades territoriais, frentes que atuem no sentido de resgatar as iniciativas de organização dos grupos locais, invista em recursos humanos, administrativos e jurídicos voltados para atender as demandas dos assentados, das associações/cooperativas no sentido de contribuir com a autonomia das mesmas, realize atividades que de fato afirme e intensifique as iniciativas de produção de alimentos livre de transgênicos, livre de agrotóxicos com bases agroecológicas em um ambiente não agroecológico, crie mecanismos de reconhecimento por parte dos

beneficiários que recebem alimentos produzidos pelos camponeses e realize ações estruturantes que resgate o camponês do trabalho assalariado no corte da cana-de-açúcar e os jovens que estão indo para a cidade. O Desafio está posto!

Nessa conjuntura, e compreendendo que o desafio posto ao PAA não está na agenda política do Estado, as imposições postas aos camponeses perante o Programa os subordinam regendo a vida camponesa e as estratégias de luta na terra e pela terra. Sendo, pois um desafio por parte das organizações sindicais, movimentos sociais e grupos organizados criarem forças estratégicas que rompam com a autonomia mascarada/camuflada dos sujeitos que compõem a classe trabalhadora em detrimento do projeto de desenvolvimento único imposto pelo grande capital sobre a égide do Estado.

Nesse sentido, também compreendemos que a pesquisa não acabou e que a mesma demonstra novos horizontes. Adentrar no grupo de pesquisadores de políticas públicas de aquisição de alimentos, mais especificamente, o Programa de Aquisição de Alimentos nos possibilita apontar que o mesmo sempre deve ser pesquisado pelo viés da crítica baseada na realidade trasposta e vivida pela classe que vive do trabalho. Essa classe que em sua reprodução social luta contra a subordinação em todas as ordens e estão se reproduzindo em meio às contradições. Não sendo dessa forma estaremos nos enganando, enganando, escondendo a realidade e contribuindo com as pesquisas que nada têm de atuação política crítica. Para nós a neutralidade já escolheu o seu lado, com certeza não o da classe trabalhadora.

Acreditamos que o que foi aqui demonstrado e discutido é apenas o começo. No entanto, um começo em que buscamos compreender o que está por de trás, o que está para além do aparente. A pesquisa é dinâmica e nesse sentido é que vislumbramos continuar nosso engajamento aprofundando o tema buscando apreender novos elementos, contribuindo, primeiramente, para atender as reais necessidades da classe trabalhadora, ademais com o debate na Geografia, como também, para a elaboração de Políticas Públicas.

## Referências

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996

COMPANHIA Nacional de Abastecimento: **Base de Dados da Conab**: Disponível em <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1133&t=2#this>> Acesso em: 06 nov.2013.

\_\_\_\_\_: **Transparência Pública do PAA**. Disponível em <<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1296&t=2>>. Aceso em 06 nov.2013.

DATALUTA - **Banco de Dados da Luta pela Terra**. NERA, Presidente Prudente, 2012.

FELICIANO, C. A. **Território em Disputa**: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema. 2009. p. 575, Tese – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

FERNANDES, B. M. MST. **Formação e Territorialização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

GUERRA, J. S. **O Programa de Aquisição de Alimentos no Âmbito do Fome Zero**: compensação ou emancipação?. 2010. 185p, Dissertação – Pontifícia Universidade Católica de Pelotas.

HESPANHOL, R. A. M. **Mudança na Concepção das Políticas Públicas para o Campo Brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. X Colóquio Internacional de

Geocritica, Barcelona. **Anais...** 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/xcol/programa.htm>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Região de Dracena. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre. **Anais...** 2009.

LE MOAL, M. F. **Programa de Aquisição de Alimentos nos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária**, Análise sob as Lentes da Multifuncionalidade da Agricultura. 2013. p. 135, Dissertação – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Universidade de São Paulo. São Paulo.

LEAL, S. C. T. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Disputa Territorial em torno da Luta pela/na terra no Pontal do Paranapanema – SP**. 2013. 99 p. Monografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente

LIMA, N. P. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e seu impacto no processo de desenvolvimento socio-produtivo de famílias assentadas: estudo de caso no assentamento 17 de abril – Restinga –SP**. 2011. 67 p. Monografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MAZZINI, E. J. T. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema (SP): uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?**. 2007. 311f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Geografia) Faculdade de Ciência e Tecnologia da Unesp, Presidente Prudente.

NEVES, D. P. O associativismo e a comercialização agrícola: dilemas do processo de assentamento rural. In: FERRANTE, V.L.S.B, WHITAKER, D. C. A. (Orgs.). **Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA, 2008. p.172 a 217.

OLIVEIRA, A. R. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural**, 2010. 209 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SILVA, J.V.R. **Significados da Reforma Agrária em Bairros Periféricos de Presidente Prudente (SP): Uma Tentativa de Diálogo entre a Luta pela Terra e a Soberania Alimentar**. 2012. 107 p. Monografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_. Por uma cruzada contra a fome e o agrohíbronegócio - Nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada**, v. 9, n. 1, out. 2008. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA%209%201/02-9-1-ThomazJr.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009. 997p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_. Disputas Territoriais e Grilagem no Pontal do Paranapanema (SP) (Histórico de Lutas, Marco de Violência e Futuro Incerto!). **Relatório Direitos Humanos no Brasil**. 12ª Edição. São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. Degradação e Centralidade do Trabalho (As Contradições da Relação Capital x Trabalho e o Movimento Territorial de Classe). **Pegada**, Presidente Prudente, V.13, Nº2, 2012. p. 4-19.

\_\_\_\_\_. A Nova Face do Conflito pela Posse da Terra no Pontal do Paranapanema (SP): Estratégia de Classe do Latifúndio e do Capital Agroindustrial Canavieiro. In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. V.2. ANTUNES, R. (Org.). São Paulo: Boitempo, 2013. pp.325-340.

VALÉRIO, V.J.O. **Alimentar ou ser Alimentado?** A Expansão da Agroindústria Canavieira e a Soberania Alimentar em Flórida Paulista/SP. 2011. 123p. Monografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

VELOSO, F. **Políticas Públicas no Município de Junqueirópolis (SP):** o PRONAF e o PAA. 2011. 249 p. Dissertação – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

VIEGAS, G. L.; VIANA, C. A. dos S. **PAA: resultados das ações da Conab em 2011.** [2011]. Disponível em: <[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12\\_07\\_23\\_11\\_42\\_24\\_sumario\\_paa\\_2011.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_07_23_11_42_24_sumario_paa_2011.pdf)>. Acesso em: 07 nov. 2013.

VIEGAS, G. L.; VIANA, C. A. dos S. **PAA: resultados das ações da Conab em 2012.** [2012]. Disponível em: <[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13\\_02\\_07\\_08\\_31\\_25\\_sumario\\_executivo\\_07\\_02\\_13.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_02_07_08_31_25_sumario_executivo_07_02_13.pdf)>. Acesso em: 07 nov. 2013.

VIEGAS, G. L.; VIANA, C. A. dos S. **A Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos.** [2013a]. Disponível em: <[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13\\_08\\_02\\_09\\_48\\_13\\_artigo\\_1.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_08_02_09_48_13_artigo_1.pdf)> Acesso em: 07 nov. 2013.

VIEGAS, G. L.; VIANA, C. A. dos S. **Assentados Participantes do PAA, por município, nos anos de 2009 a 2012.** [2013b]. Disponível em: <[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13\\_04\\_05\\_15\\_33\\_17\\_assentados\\_2009\\_2012.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_04_05_15_33_17_assentados_2009_2012.pdf)>. Acesso em: 07 nov. 2013.

WILKINSON, J. **O futuro do sistema alimentar.** São Paulo: Hucitec, 1989.